



# Avaliação Institucional e Capacidade Institucional em Universidades Públicas Federais

## *Institutional Evaluation and Institutional Capacity in Federal Public Universities*

**Claudiceia Silva Mendes**

Universidade Federal do Maranhão(UFMA). <https://orcid.org/0000-0001-9539-6818>

**Resumo:** Este estudo analisa como relatórios da Comissão Própria de Avaliação, Plano de Desenvolvimento Institucional e Relatórios de Gestão organizam avaliação, metas, indicadores e evidências institucionais em uma universidade pública federal. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com análise documental dos relatórios da CPA/UFMA, do PDI 2022–2026 e dos Relatórios de Gestão de 2021 a 2024. Parte-se da compreensão de que esses documentos formam uma cadeia entre autoavaliação, planejamento e prestação de contas. Os resultados indicam que a CPA registra diagnósticos e percepções; o PDI formaliza prioridades em objetivos, metas e ações; e os Relatórios de Gestão comunicam resultados em linguagem de desempenho e governança. Conclui-se que a capacidade institucional não pode ser inferida apenas pela existência desses instrumentos, mas pela qualidade das mediações documentadas entre diagnóstico, planejamento, resultados e revisão institucional. O estudo contribui ao propor a noção de capacidade institucional como articulação institucional documentada.

**Palavras-chave:** capacidade institucional; avaliação institucional; governança universitária.

**Abstract:** This study examines how reports produced by the Internal Evaluation Committee, Institutional Development Plans, and Management Reports organise evaluation, goals, indicators, and institutional evidence in a Brazilian federal public university. The study adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, based on documentary analysis of the UFMA Internal Evaluation Committee reports, the 2022–2026 Institutional Development Plan, and the Management Reports from 2021 to 2024. The analysis understands these documents as part of a chain linking self-evaluation, planning, and accountability. The findings indicate that the Internal Evaluation Committee records diagnoses and evaluative perceptions; the Institutional Development Plan formalises priorities through objectives, goals, and actions; and the Management Reports communicate results through the language of performance and governance. The article concludes that institutional capacity cannot be inferred solely from the existence of these instruments, but from the quality of the documented mediations between diagnosis, planning, results, and institutional review. The contribution of the article lies in proposing institutional capacity as documented institutional articulation.

**Keywords:** institutional capacity; institutional evaluation; university governance.

## INTRODUÇÃO

A avaliação institucional ocupa lugar estratégico nas universidades públicas federais porque articula o autoconhecimento, o planejamento, a prestação de contas e a melhoria acadêmica. No âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, essa avaliação envolve

dimensões como missão institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), gestão, infraestrutura, atendimento aos estudantes, responsabilidade social, comunicação com a sociedade e sustentabilidade financeira (Brasil, 2004). Avaliar, portanto, não se reduz à produção de dados ou relatórios, implica organizar informações capazes de orientar decisões e revisões institucionais.

Nas universidades públicas federais, essa função avaliativa se articula a instrumentos como os Relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), o PDI e os Relatórios de Gestão. Em termos formais, cada documento ocupa uma posição distinta: a CPA registra diagnósticos e percepções avaliativas; o PDI define objetivos, metas, ações e indicadores; os Relatórios de Gestão comunicam resultados, desempenho e evidências de prestação de contas.

A avaliação institucional enfatiza o caráter formativo, participativo e orientado ao conhecimento da instituição desses documentos (Dias Sobrinho, 2003; Ristoff, 1995). Contudo, a ampliação do uso de indicadores, métricas e evidências públicas aproxima a avaliação de linguagens de desempenho, comparação e prestação de contas. Essa aproximação exige distinguir avaliação institucional, desempenho e ranqueamento, pois a produção de indicadores não substitui a interpretação dos processos institucionais (Porter, 1995; Espeland; Sauder, 2007; Muller, 2018).

Este estudo parte do problema de que relatórios, planos, metas e indicadores são necessários à gestão universitária, mas não permitem inferir, isoladamente, capacidade institucional. A existência formal desses instrumentos não demonstra, por si só, articulação entre diagnóstico, planejamento, resultados e revisão das ações, por isso, a capacidade institucional é examinada como articulação institucional documentada, isto é, como a qualidade das mediações registradas entre autoavaliação, planejamento estratégico e prestação de contas.

O objetivo do estudo é analisar criticamente como os Relatórios da CPA, o PDI 2022–2026 e os Relatórios de Gestão da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), referentes ao período de 2021 a 2024, organizam avaliação, metas, indicadores e evidências institucionais. O recorte documental permite observar a cadeia formada por autoavaliação, planejamento e prestação de contas, sem pretender medir diretamente a execução material das políticas ou o desempenho institucional da universidade.

A contribuição do estudo está em deslocar a análise da avaliação institucional de uma leitura centrada em documentos isolados para o exame das relações entre eles. Ao propor a noção de capacidade institucional como articulação institucional documentada, o estudo argumenta que a maturidade de uma instituição pública não se expressa apenas pela presença de instrumentos formais, mas pela rastreabilidade das conexões entre diagnóstico avaliativo, definição de prioridades, comunicação de resultados e revisão institucional.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adota abordagem qualitativa, adequada à análise de documentos institucionais e às formas pelas quais a universidade organiza, registra e comunica seus processos avaliativos e de gestão. O estudo é exploratório e descritivo, considerando que é exploratório por examinar a relação entre avaliação institucional, planejamento estratégico, indicadores e capacidade institucional e descritivo por sistematizar a estrutura, as categorias e as evidências presentes nos documentos analisados (Gil, 2008; Minayo, 2001).

Quanto aos procedimentos, combinam-se levantamento bibliográfico e análise documental, onde levantamento bibliográfico fundamentou a discussão sobre avaliação institucional, racionalidade dos indicadores, desempenho, ranqueamento e capacidade institucional e a análise documental incidiu sobre três conjuntos de instrumentos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA): Relatórios de Avaliação Institucional da CPA/UFMA referentes aos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024; pelo PDI/UFMA 2022–2026; e pelos Relatórios de Gestão da UFMA referentes aos exercícios de 2021, 2022, 2023 e 2024. Esses documentos foram selecionados por permitirem observar três momentos da cadeia institucional: autoavaliação, planejamento estratégico e prestação de contas.

A análise não teve como objetivo medir diretamente a capacidade institucional da UFMA, nem avaliar a execução material de suas políticas, o foco recaiu sobre a forma como os documentos constroem relações entre diagnóstico avaliativo, definição de prioridades, metas, indicadores, resultados e revisão institucional.

Para orientar a leitura do corpus, foram consideradas quatro perguntas analíticas: que diagnósticos e percepções são registrados pela CPA? Como o PDI transforma prioridades institucionais em objetivos, metas, ações e indicadores? Como os Relatórios de Gestão comunicam resultados e evidências públicos? E em que medida os documentos permitem rastrear mediações entre avaliação, planejamento, resultados e revisão das ações?

A leitura documental foi conduzida nas seguintes etapas: identificação das funções institucionais de cada instrumento. Em seguida, foram examinadas as recorrências temáticas entre CPA, PDI e Relatórios de Gestão, com atenção à infraestrutura, acessibilidade, tecnologia, assistência estudantil, planejamento e governança. Por fim, foram analisadas as conexões explícitas ou inferidas entre diagnóstico, planejamento e prestação de contas, buscando reconhecer os limites e as possibilidades da cadeia documental como evidência de capacidade institucional.

**Quadro 1 — Corpus documental da pesquisa.**

<b>Tipo de documento</b>	<b>Documentos analisados</b>	<b>Função institucional</b>	<b>Função na análise</b>
Relatórios da CPA	CPA/UFMA 2021, 2022, 2023 e 2024	Autoavaliação institucional	Analisar diagnósticos, percepções, eixos avaliativos e produção de evidências

<b>Tipo de documento</b>	<b>Documentos analisados</b>	<b>Função institucional</b>	<b>Função na análise</b>
PDI	PDI/UFMA 2022–2026	Planejamento estratégico	Analisar objetivos, metas, ações, indicadores e prioridades institucionais
Relatórios de Gestão	Relatórios de Gestão UFMA 2021, 2022, 2023 e 2024	Prestação de contas e comunicação de resultados	Analisar governança, desempenho, indicadores, resultados e evidências de gestão

**Fonte: elaboração própria, com base nos documentos institucionais da UFMA.**

## **AValiação INSTITUCIONAL, RACIONALIDADE MÉTRICA E CAPACIDADE INSTITUCIONAL**

A avaliação institucional, no âmbito das universidades públicas, não pode ser compreendida apenas como procedimento técnico de coleta de dados, mas como um meio para a identificação de fragilidades e para a orientação de processos de melhoria, conforme orienta o SINAES, que articula avaliação, planejamento e desenvolvimento institucional ao reconhecer dimensões como missão, PDI, gestão, infraestrutura, atendimento aos estudantes, responsabilidade social e sustentabilidade financeira (Brasil, 2004).

Dias Sobrinho (2003) compreende a avaliação institucional como prática formativa e política, voltada à interpretação da universidade em sua complexidade. Ristoff (1995), ao discutir princípios da avaliação institucional, destaca participação, globalidade e respeito à identidade institucional. Esses autores ajudam a sustentar que a avaliação vai além da mensuração, pois sua função não se esgota na geração de indicadores, ou seja, avaliar implica produzir sentido sobre processos, prioridades e responsabilidades institucionais.

Essa concepção, entretanto, convive com a ampliação da racionalidade métrica na gestão universitária, indicadores são necessários para organizar informações, acompanhar metas e comunicar resultados. Porter (1995) mostra como os números adquirem autoridade em ambientes que buscam objetividade, enquanto Espeland e Sauder (2007) demonstram que métricas públicas e rankings podem alterar práticas organizacionais; Muller (2018) adverte que a dependência excessiva de indicadores pode reduzir o julgamento profissional e transformar meios de acompanhamento em fins institucionais.

No campo da educação superior, os autores Oliveira e Rothen (2024), ao analisarem os vinte anos do SINAES, indicam que o sistema carrega princípios avaliativos distintos, combinando dimensões formativas, regulatórias e de acompanhamento. A avaliação institucional se realiza em um campo atravessado por

expectativas de melhoria, exigências de transparência e pressões por demonstração pública de resultados.

A distinção entre avaliação, desempenho e ranqueamento torna-se, portanto, necessária. Nas universidades públicas, a autoavaliação institucional possui função mais ampla do que a comparação externa, pois busca reconhecer processos internos, condições de funcionamento e possibilidades de revisão. Quando essa diferença se perde, a avaliação corre o risco de ser reduzida à linguagem do desempenho.

Pires e Gomide (2016) associam capacidades estatais à combinação entre instrumentos, coordenação e arranjos institucionais necessários à implementação de políticas públicas. Ramelli (2024) reforça que a capacidade pública envolve coordenação, implementação e condições de entrega, não apenas estruturas formais. Cavalcante e Cunha (2017), ao discutirem inovação no setor público, também deslocam a análise da adoção de soluções isoladas para processos de aprendizagem, coordenação e reorganização institucional.

Neste estudo, capacidade institucional não é tratada como sinônimo de existência de documentos, metas ou indicadores. A presença desses instrumentos constitui condição relevante para a gestão, mas não demonstra, isoladamente, articulação institucional.

Assim, a capacidade institucional é compreendida como articulação institucional documentada, sendo assim, essa formulação permite analisar se os documentos institucionais apenas coexistem ou se formam uma cadeia interpretável entre autoavaliação, planejamento e prestação de contas.

## A UFMA COMO RECORTE DOCUMENTAL

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foi adotada como recorte documental por reunir, no período analisado, um conjunto contínuo de instrumentos de autoavaliação, planejamento e prestação de contas institucionalmente consolidados e disponíveis publicamente. Ressalta-se que a escolha do caso não busca generalizar resultados para o conjunto das universidades federais, mas examinar, em uma situação empírica específica, como a universidade organiza seus registros avaliativos, estratégicos e gerenciais.

A UFMA constitui uma universidade pública federal multicampi, com atuação distribuída em diferentes regiões do Maranhão. Essa configuração amplia a complexidade da gestão universitária, especialmente em temas como infraestrutura, tecnologia, assistência estudantil, planejamento e coordenação administrativa. Por isso, seus documentos institucionais assumem papel relevante na organização, comunicação e acompanhamento das ações da universidade (UFMA, 2022a; 2025a).

O recorte temporal compreende os anos de 2021 a 2024, esse período permite acompanhar a produção recorrente dos Relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), a vigência do PDI 2022–2026 e os Relatórios de Gestão produzidos

no mesmo intervalo. A combinação desses documentos permite observar como a UFMA estrutura, em diferentes registros, autoavaliação, planejamento estratégico e prestação de contas (UFMA, 2022a; 2025a).

Nos Relatórios de Gestão, a universidade apresenta uma rede institucional composta por pró-reitorias, centros acadêmicos, superintendências, órgãos de controle e unidades técnicas responsáveis pela produção de informações. Essa rede ajuda a compreender por que a análise da capacidade institucional exige observar não apenas os documentos, mas também as relações que eles tornam visíveis (UFMA, 2025a).

## MEDIAÇÕES ENTRE CPA, PDI E RELATÓRIOS DE GESTÃO

A análise documental mostra que a UFMA organiza sua vida institucional por meio de três instrumentos centrais: os Relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022–2026 e os Relatórios de Gestão. Esses documentos não cumprem a mesma função. A CPA produz diagnóstico avaliativo; o PDI transforma prioridades em objetivos, metas, ações e indicadores; os Relatórios de Gestão comunicam resultados, desempenho e evidências públicas (UFMA, 2022a; 2022b; 2022c; 2023a; 2023b; 2024a; 2024b; 2025a; 2025b).

Nos relatórios da CPA de 2021 a 2024, observa-se continuidade da autoavaliação como prática institucional. Os documentos registram metodologia, análise de dados e considerações finais, o que indica certa estabilidade do processo avaliativo. Em 2024, a CPA adotou relatório parcial no ciclo 2024–2026 e contemplou os eixos Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional e Infraestrutura Física, ampliando a presença de temas materiais ligados ao funcionamento da universidade (UFMA, 2022a; 2023a; 2024a; 2025a).

O limite está na passagem entre diagnóstico e decisão. A CPA identifica fragilidades, potencialidades e percepções da comunidade acadêmica, mas os relatórios nem sempre demonstram como esses achados se convertem em prioridade de gestão, meta orçamentária ou revisão institucional, assim, a autoavaliação aparece como ponto de partida da cadeia, mas não como prova suficiente de capacidade institucional.

O PDI 2022–2026 organiza a universidade em eixos temáticos, incluindo Planejamento e Gestão Institucional, Infraestrutura, Acessibilidade, Tecnologia da Informação, Assistência Estudantil, Articulação Institucional, Extensão e Cultura, Pesquisa, Inovação e Empreendedorismo, também apresenta objetivos, metas, ações e painéis de indicadores, funcionando como instrumento de tradução programática das prioridades institucionais (UFMA, 2022b).

Nos Relatórios de Gestão, o foco deixa de ser o diagnóstico ou a programação estratégica e passa a ser a comunicação de resultados. Os relatórios organizam informações em torno de governança, estratégia, desempenho, orçamento, gestão de pessoas, patrimônio, tecnologia, sustentabilidade ambiental e indicadores. Em

2024, o documento afirma que as atividades foram desenvolvidas em conformidade com o PDI/PPI 2022–2026, apontando o PDI como referência para decisões e alocação de recursos (UFMA, 2025b).

Essa relação é relevante, considerando que a conexão entre CPA, PDI e Relatórios de Gestão existe, porém nem sempre é demonstrada de modo direto. Há cadeia documental, mas a rastreabilidade entre diagnóstico, prioridade, ação, resultado e revisão aparece de forma desigual.

**Quadro 2 — Funções e limites dos documentos analisados.**

<b>Documento</b>	<b>Função predominante</b>	<b>Evidência observada</b>	<b>Limite analítico</b>	<b>Contribuição para a capacidade institucional</b>
Relatórios da CPA 2021–2024	Autoavaliação institucional	Registro de diagnósticos, percepções e eixos avaliativos	Nem sempre explicita a passagem do diagnóstico para a decisão	Produz leitura institucional e identifica fragilidades e potencialidades
PDI 2022–2026	Planejamento estratégico	Organização de objetivos, metas, ações e indicadores por eixos	Nem sempre explicita a origem avaliativa de cada prioridade	Converte prioridades em programação institucional
Relatórios de Gestão 2021–2024	Prestação de contas	Comunicação de resultados, governança, desempenho e indicadores	Ênfase nos resultados pode ocultar o percurso entre diagnóstico e revisão	Demonstra execução, resultados e evidências públicas
Estrutura de governança	Coordenação institucional	Presença de colegiados, pró-reitorias, superintendências e unidades técnicas	Estrutura formal não equivale automaticamente à articulação efetiva	Sustenta fluxos de decisão, controle e comunicação
Cadeia de valor	Organização dos processos institucionais	Relação entre ensino, pesquisa, extensão e processos de suporte	Nem todo valor gerado é mensurável por indicadores	Explicita a lógica institucional de geração de valor

**Fonte: elaboração própria, com base nos Relatórios da CPA, PDI 2022–2026 e Relatórios de Gestão da UFMA (Universidade Federal do Maranhão, 2022a; 2022b; 2022c; 2023a; 2023b; 2024a; 2024b; 2025a; 2025b).**

Os Relatórios de Gestão também evidenciam uma lógica de geração de valor. Em 2024, a cadeia de valor da UFMA é apresentada a partir de macroprocessos finalísticos, ensino, pesquisa e extensão, macroprocessos de suporte e

macroprocessos gerenciais vinculados à governança, à estratégia e aos sistemas de controle. O próprio documento reconhece que os números apresentados expressam apenas parte do valor gerado pela instituição, pois há resultados cuja repercussão não é integralmente mensurável (UFMA, 2025b).

É notável que os indicadores são necessários, mas não esgotam a avaliação institucional. Eles tornam resultados comunicáveis, mas não substituem a análise das mediações que produzem esses resultados. A capacidade institucional, portanto, não se mede apenas pela existência de metas ou relatórios; ela depende da possibilidade de acompanhar o percurso entre avaliar, planejar, executar, prestar contas e revisar.

**Quadro 3 — Cadeia documental da capacidade institucional na UFMA.**

<b>Etapa</b>	<b>Documento predominante</b>	<b>Papel institucional</b>	<b>Achado da análise</b>
Diagnóstico	Relatórios da CPA	Registrar percepções, fragilidades e potencialidades	A autoavaliação é recorrente, mas a ligação com decisões posteriores nem sempre é explícita
Planejamento	PDI 2022–2026	Converter prioridades em objetivos, metas, ações e indicadores	Há estrutura programática robusta, mas a origem avaliativa das metas nem sempre é rastreável
Execução	Gestão institucional	Desenvolver ações acadêmicas, administrativas e operacionais	A execução aparece distribuída entre diferentes unidades e setores
Prestação de contas	Relatórios de Gestão	Comunicar resultados, desempenho e evidências públicas	Os resultados são apresentados, mas nem sempre reconstruem o caminho desde o diagnóstico
Revisão institucional	Avaliação e monitoramento	Reorientar decisões e prioridades	É o ponto menos visível da cadeia documental analisada

**Fonte:** elaboração própria, com base nos documentos institucionais da UFMA (Universidade Federal do Maranhão, 2022a; 2022b; 2022c; 2023a; 2023b; 2024a; 2024b; 2025a; 2025b).

A leitura conjunta dos documentos permite afirmar que a UFMA possui instrumentos formais de avaliação, planejamento e prestação de contas, o que evidencia que o problema analítico não está na ausência desses instrumentos, mas na qualidade das conexões entre eles.

Desse modo, a análise reforça a noção de capacidade institucional como articulação institucional documentada. No caso da UFMA, essa articulação existe,

mas aparece de forma desigual: mais forte na produção de documentos, metas e resultados; mais frágil na explicitação das mediações entre autoavaliação, decisão administrativa e revisão das ações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo discutiu a relação entre avaliação institucional, planejamento estratégico e prestação de contas em universidades públicas federais, tomando a UFMA como recorte documental. A análise permitiu observar que os Relatórios da CPA, o PDI 2022–2026 e os Relatórios de Gestão formam uma cadeia institucional importante, mas não plenamente linear.

Fica evidente que existem instrumentos formais, produção recorrente de informações, metas, indicadores e comunicação pública de resultados nas universidades; no entanto, a existência desses documentos não significa, por si só, afirmar capacidade institucional consolidada, o que reforça que a avaliação institucional não é o mesmo que desempenho, e desempenho não é sinônimo de capacidade institucional. Indicadores organizam informações e tornam resultados visíveis, mas não substituem a interpretação dos processos que sustentam a gestão universitária.

Em síntese, a capacidade institucional não está apenas na produção de relatórios, planos e indicadores. Ela aparece, com maior densidade, quando a universidade consegue transformar informação em decisão, decisão em ação, ação em resultado e resultado em aprendizagem institucional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

CAVALCANTE, Pedro; CUNHA, Bruno Queiroz. **É preciso inovar no governo, mas por quê?** In: CAVALCANTE, Pedro *et al.* (org.). *Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil.* Brasília, DF: Enap; Ipea, 2017. p. 15-32.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior.** São Paulo: Cortez, 2003.

ESPELAND, Wendy Nelson; SAUDER, Michael. Rankings and reactivity: how public measures recreate social worlds. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 113, n. 1, p. 1-40, 2007. DOI: 10.1086/517897.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MULLER, Jerry Z. **The tyranny of metrics**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

OLIVEIRA, Ivan dos Santos; ROTHEN, José Carlos. **Vinte anos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES no Brasil: trajetória, princípios, dilemas e tendências**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 29, e024013, 2024. DOI: 10.1590/1982-57652024v29id278360.

PIRES, Roberto Rocha C.; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 121-143, 2016.

PORTER, Theodore M. **Trust in numbers: the pursuit of objectivity in science and public life**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

RAMELLI, Felipe Leonardo Assis. **Capacidades estatais no Brasil: uma revisão sistemática da literatura**. Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, v. 17, n. 33, p. 94-110, jan./jun. 2024. DOI: 10.36704/ppp.v18i33.8036.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Avaliação institucional: pensando princípios**. In: BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José (orgs.). Avaliação institucional: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de Avaliação Institucional 2021**. São Luís: UFMA, 2022a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022–2026**. São Luís: UFMA, 2022b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Relatório de Gestão 2021**. São Luís: UFMA, 2022c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de Avaliação Institucional 2022**. São Luís: UFMA, 2023a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Relatório de Gestão 2022**. São Luís: UFMA, 2023b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de Avaliação Institucional 2023**. São Luís: UFMA, 2024a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Relatório de Gestão 2023**. São Luís: UFMA, 2024b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de Avaliação Institucional 2024**. São Luís: UFMA, 2025a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Relatório de Gestão 2024**. São Luís: UFMA, 2025b.